

REQUERIMENTO Nº DE - CMA

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e analisar as proposições sobre regulação de emissões de carbono equivalente do Projeto de Lei 412/2022.

Este requerimento visa a instalação de um Ciclo de Debates de audiências públicas com os principais atores e entidades relacionados com a regulação de emissões de gases estufa no Brasil, a fim de aprofundar o tema.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- a Senhora Caroline Prolo, Representante do La Clima;
- o Senhor José Carlos da Fonseca Jr., cofacilitador da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura;
- representante Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG);
- representante Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB);
- a Senhora Marina Grossi, Presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS);
- o Senhor Ronaldo Seroa da Motta, Professor da UERJ;
- o Senhor Evandro Gussi, Presidente da União da indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica);
- representante Instituto Clima e Sociedade (iCS);
- representante World Wildlife Fund Brasil (WWF Brasil);
- a Senhora Linda Murasawa, Sócia Diretora da FRACTAL Assessoria;
- a Senhora Mercedes Bustamante, Professora da UNB.



JUSTIFICAÇÃO

O tema da regulamentação das emissões de gases estufa é tópico de debate proeminente na sociedade civil organizada brasileira, nas representações de indústrias, no setor financeiro, no setor do agronegócio, entre ambientalistas, povos indígenas e tradicionais, bem como em ambas as casas do Congresso Nacional.

Os avanços internacionais com a maturidade do Sistema de Trocas de Emissão Europeu (ETS) e da regulamentação de tais transações em diversos países, como especificamente a China, e, principalmente, a regulamentação do Artigo 6 do Acordo de Paris na Conferências das Partes sobre Mudanças Climáticas de número 26, realizada em Glasgow, Reino Unido, em 2021, certamente aceleraram o processo de formulação de um sistema de trocas de emissões no Brasil. Este avanço inclui a promulgação do Decreto 11.075 de 19 de Maio de 2022, que é evidência desse processo de construção.

O atual projeto em debate nesta Comissão do Senado Federal é símbolo dessa trajetória, partindo de quatro projetos de lei e culminando nesta proposta. Tal processo corrobora a importância percebida na sociedade brasileira para que a regulamentação das emissões de gases estufa sejam uma das ferramentas de mitigação atreladas à Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil no âmbito do Acordo de Paris.

Ademais, o Banco Mundial, cita que a receita mundial dos ativos de carbono foi de aproximadamente US\$ 84 bilhões em 2021, um aumento de 60% em relação a 2020. Esse montante também corrobora de maneira crucial como fonte de financiamento para apoiar a recuperação econômica baseada em uma futura transição para economias de baixa emissão de carbono, aspecto do qual o Brasil pode ser amplamente beneficiado, considerando nosso imenso patrimônio florestal e nossa matriz energética fortemente

baseada em energias renováveis. Para tanto, precisamos instituir um marco regulatório robusto para a implementação de um sistema de precificação de carbono que, por consequência, contribua para a valorização e proteção de serviços ecossistêmicos em território nacional.

Portanto, exatamente relativo à importância discriminada, é requerido um ciclo de debates sobre o tema, a partir do projeto de lei posto, com os principais atores da sociedade civil brasileira envolvidos com o tema, para aprimorar e contemplar as diversas visões a fim de construir o mecanismo mais eficiente possível.

Sala da Comissão, 3 de dezembro de 2022.

Senador Jaques Wagner
(PT - BA)
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

